

EDITORIAL



A construção de uma sociedade mais equânime perpassa por um serviço público profissional e preparado para a complexidade das novas realidades, que são postas para instituições e indivíduos responsáveis por políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa, a ciência e a inovação são ferramentas de evolução institucional da Administração Pública.

A Revista Brasileira de Ciências Policiais, sob responsabilidade da Coordenação da Escola Superior de Polícia, é instrumento da Diretoria de Ensino da Polícia Federal para difusão de práticas, estudos e pesquisas que trazem contribuições de professores e pesquisadores servidores públicos (da Polícia Federal e de instituições de segurança pública), e de colaboradores pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras. Tem se firmado como um canal qualificado de debates relacionados às ciências policiais, nas suas mais variadas vertentes típicas da interdisciplinaridade do campo.

Um dos grandes desafios da editoria do periódico é atender a toda essa interdisciplinaridade sem se afastar daquilo que é o cerne de um campo que possui peculiaridades, em decorrência da complexidade do objeto de estudo, influenciado por fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, e inserido em um contexto de diversos e influentes *stakeholders*, internos e externos, em uma realidade social dinâmica e fluida que, entre outras, envolve questões de direitos humanos, criminalidade, violência, segurança pública e comportamentos humanos.

A partir deste volume, a RBCP volta a ser numerada constando o ano e o número da edição no ano (1, 2, 3), permanecendo a periodicidade quadrimestral. A identidade visual também foi atualizada, aproximando-a das cores da PF.

Nesse sentido, a Comissão Editorial da revista vem realizando um esforço para melhor gerir os processos editoriais a fim de uma

resposta mais rápida e de qualidade aos pesquisadores-colaboradores, no intuito de avançar no alcance e impacto científico do periódico, e na sua contribuição científica. A publicação da presente edição se insere no contexto de resposta a pontos identificados, analisados e aprimorados, trazendo às comunidades científica e acadêmica mais e melhores elementos, boas práticas, e ferramentas de difusão e compartilhamento de conhecimento.

Refletindo a complexidade de conhecimentos debatidos nas ciências policiais, são apresentados sete artigos, com temas variados. Os trabalhos, resultantes de pesquisas em temas de interesse do campo teórico policial, trazem estudos com implicações e contribuições em políticas públicas de gênero, direitos humanos, inteligência e cooperação policial, fraudes licitatórias, e integridade das provas.

O primeiro artigo, dos autores Felipe Scarpelli de Andrade, Priscila Aparecida de Macedo e Silva e Flavia Bueno Pona, possui o título ANÁLISE DE RISCO PAX E AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: A CONFORMAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO PARA O QUALIFICADO ASSESSORAMENTO AO PROCESSO DECISÓRIO, e traz uma análise do Formulário Nacional de Avaliação de Risco da violência doméstica e familiar, base para assessoramento no processo decisório de políticas públicas relacionadas à violência doméstica. A pesquisa propõe a modelagem de uma estrutura sistematicamente disciplinada, objetivando a avaliação e a melhoria da eficácia dos processos de proteção à mulher. A pesquisa faz uma contribuição robusta aos métodos de análise e estimativa de risco e sua utilização para auxílio à tomada de decisão em políticas de segurança pública, em intersecção com as medidas protetivas, centrais no planejamento para atuação e melhor resposta policial às demandas relacionadas.

O artigo de autoria de Regis Signor, Claudio Roberto Trapp e João José de Castro Baptista Vallim, QUANTA SORTE É MUITA SORTE? INVESTIGAÇÃO DE FRAUDES EM LICITAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS UTILIZANDO ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE, faz a análise sobre a atuação de construtoras em conluio ou cartel para fraudar licitações de obras públicas, relacionando com os principais delitos associados.

No terceiro artigo, INTELIGÊNCIA POLICIAL, CORRUPÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA, a autora Sara Souza Leite discute, por meio de pesquisa bibliográfica, o problema da gestão e compartilhamento de dados e sua utilização para a construção de um conhecimento que possibilite uma melhor abordagem investigativa, com a utilização de inteligência policial, em especial nos delitos de corrupção, lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos.

Diogo Fernando Sampaio Pytlowanciv, também discorrendo sobre inteligência e sua inter-relação com a segurança pública, apresenta a revisão de literatura *INTELLIGENCE-LED POLICING E SUA POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL*, trazendo resultados relacionados à *intelligence-led policing* (ILP), método que busca a utilização mais eficiente dos recursos públicos, com foco em atividades preventivas, além de abordar técnicas de análise e avaliação, com critérios definidos. O artigo identifica os resultados positivos do método em diversos países.

Em AÇÕES DE APRIMORAMENTO NA PAPILOSCOPIA DO RIO DE JANEIRO: SOLUCIONANDO VESTÍGIOS NÃO RESOLVIDOS, as pesquisadoras Stephanie Treiber, Tatiana Marselha Lins Garcia e Ketyúcia Fernandes Pinto Serrão apresentam um estudo sobre mudanças de processos em análises de vestígios de impressão digital não resolvidos (*Cold Cases*), registrando ao final alguns caminhos para melhoria dos procedimentos afetos à papiloscopia, com possíveis reflexos para a segurança pública.

Ainda em tema de contribuição para inovação em papiloscopia policial, o estudo NINIDRINA OU 1,2-INDANEDIONA NA REVELAÇÃO DE IMPRESSÕES DIGITAIS EM SUPORTES POROSOS? UM ESTUDO EM SUPORTES CELULÓSICOS, dos autores Bernardo José Munhoz, Renata dos Santos Lannes Stilben Leomil e Daniel da Silva Carvalho, apresenta resultados da utilização de reagentes em suportes celulósicos, com implicações diretas sobre a discussão dos métodos de identificação atualmente utilizados.

O artigo final desta edição, intitulado A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR E O SENSO COMUM TEÓRICO, do pesquisador Caio Henrique de Mello Goto, traz um debate sobre investigação preliminar e inquérito policial, apontando o que entende como equívocos nessa fase processual (ou pré-processual), e os impactos disso para a compreensão da natureza jurídica do instrumento de apuração

legalista, bem como instrumento garantidor de direitos e garantias fundamentais do ser humano. O trabalho defende a necessidade de cientificidade no Direito e, por consequência, nas fases processuais e pré-processuais, também em face da importância do inquérito policial e de seu papel no ordenamento jurídico constitucional.

Boa leitura!

EDUARDO MARCIO SANTOS GALDINO DA SILVA

EDITOR-GERAL DA RBCP